

“DE QUE FAMÍLIA VOCÊ É?”

A “FAMÍLIA CEARENSE”: DISTINÇÃO, SÍMBOLOS E PODER

Para uma pessoa afeita à observação sociológica não deixa de causar uma certa curiosidade ao caminhar pela cidade de Fortaleza e observar, mesmo que superficialmente, os nomes dos logradouros públicos, como as ruas, praças, edificações, parques, etc. A inscrição familiar, com seus lugares simbólicos fundantes, marca a vida da cidade, com os Bezerras de Menezes, Studart, Antônio Sales, Moreiras, Maciel, Girão, Tabosa, Antônio Augusto, Távora, e uma infindável lista de personalidades históricas que, de uma forma ou de outra, deixaram as suas *marcas*, seu poder simbólico, enquanto geradores de signos e valores.

Essa não é uma característica restrita somente ao Ceará. Em quase todas as cidades brasileiras os logradouros públicos trazem inscritos nomes de personagens. Mas, aqui, ganha uma ênfase especial, pois, afinal, em um meio social como o cearense, onde a família e os valores tradicionalmente a ela associados persistem como universo *sagrado* de referência, não se pode menosprezar seu significado na estruturação da ordem simbólica, na criação e recriação de valores e na própria reprodução do poder econômico e político. A família, nesse sentido, é instância de agenciamento e de propagação de valores, e, como analisou Lemenhe¹ em um dos poucos, mas um rico trabalho sobre uma família cearense, é instância de poder, de reprodução da dominação política, cultural e econômica.

BENEDITO CARVALHO*

RESUMO

Este artigo parte de uma pesquisa mais ampla, descreve e analisa o papel da família na sociedade cearense. Mostra como esta instituição marca o cotidiano, se entrelaçando com as relações de poder em todas as esferas da sociedade local. A *pertença* a uma família na sociedade cearense é uma das marcas de distinção simbólica, estruturante de um universo conservador, mesmo com a aceleração da modernidade nos últimos anos. Modernidade e conservadorismo, relações de gênero, esfacelamento da *antiga* família e sua transformação na *família nuclear* não podem ser compreendidos se não tomarmos como referência todo um conjunto de *habitus* presente nos indivíduos e nas instituições da sociedade brasileira, e, na cearense, em particular.

* Sociólogo, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

Há, diríamos, uma *economia política* na estruturação familiar, um poder simbólico que se manifesta nas distinções familiares daquelas (poucas) que adquirem visibilidade social, como a família Bezerra analisada pela autora citada. Mas existem as famílias imersas no cotidiano anônimo, mas não menos importante para a manutenção e reprodução da sociedade.

Como afirmamos anteriormente, se a família no Ceará ainda é uma instância de grande referência na

estruturação dos valores e comportamento, simbolizado, como vimos, nos ícones e nos símbolos espalhados pela cidade, como compreender as transformações que ela vem atravessando atualmente? Quando as pessoas dizem que está desaparecendo *aquela coisa da família grande, da casa grande*, estão nos mostrando as mudanças perceptíveis: o enfraquecimento do patriarcalismo, a redução do tamanho da família, a educação dos filhos, etc. Que mudanças mais radicais estariam ocorrendo em termos de valores e comportamentos?

Lemenhe,² no trabalho já citado, nos mostra um tipo de família que viveu e se estruturou durante toda uma longa época, com suas histórias e mitos, sempre ocupando espaço de poder. Essa mesma família, à proporção que a ordem política e econômica vai se modernizando, vai também se alterando. Novas formas familiares, mais vinculadas ao novo capitalismo emergente e através de novas alianças, também, vão surgindo, mesclando comportamentos mo-

ternos e tradicionais, o que leva a concluir que “as oligarquias envelheceram mas deixaram seus herdeiros no poder”. Ou seja, o velho convivendo com o novo, ou o *novo* se perpetuando através do velho.

“Estariam dissolvidas as marcas do poder tradicional no Ceará?”, pergunta Lemenhe, sem responder. Perguntaríamos, parafraseando Berman,³ ao citar Marx: o que era sólido na estruturação familiar de Fortaleza e que atualmente “se desmancha no ar”? Como a tradição se imbrica com o *moderno*, desfazendo antigas formas de sociabilidade e amalgamando outras?

Antes, no entanto, será necessário fazer algumas considerações de ordem mais geral sobre a relação família e mudança social, para depois retornarmos ao contexto específico de Fortaleza, que é o que nos interessa diretamente.

Alguns autores,⁴ ao analisarem as mudanças na família vêm ressaltando a precariedade das teorias sobre o assunto, devido, principalmente ao seu direcionamento excessivamente evolucionista e material empírico pouco confiável, principalmente com relação ao conhecimento do passado, como as análises que enfocam somente as famílias de estratos sociais superiores, deixando quase na obscuridade o comportamento familiar da maior parte da população.

Apesar da ausência de consenso sobre essa questão, esses autores enumeram alguns fatores responsáveis pelas mudanças, sem, no entanto, isolá-los como variável independente. Ogburn,⁵ por exemplo, afirma que “o principal motor da mudança social é a tecnologia (“cultura material”) e que certos elementos não-materiais se ajustam a ela depois de um certo tempo”. A mudança, segundo sua ótica, seria desencadeada pelas transformações ocorridas na base material da sociedade, que passa a exigir novos tipos de valores e comportamentos no interior da família. Outros autores, mais cautelosos, dão ênfase nas suas análises à inter-relação entre as variáveis industrialização x família, mostrando como é impossível vê-las de forma independente. Nesse sentido, a industrialização, a tecnologia, as novas formas de sociabilidade exigidas pelas sociedades modernas influenciam decisivamente para as mu-

danças nos padrões de comportamento na família, ao mesmo tempo que a família exerce, por sua vez, grande influência na industrialização, na propagação da ideologia individualista e antitradicional, etc.

Nesta perspectiva, uma consideração metodológica é importante: para “analisar como e porque tais mudanças ocorrem, devemos conhecer os fatores causais que provocam quaisquer relação determinada (...) evitando todas as teorias que acabam por ser hipóteses que considerem apenas um fator, sugerindo que toda a mudança e quaisquer relações causais não emergem de algum fator global e único, tal como a raça, o meio, a tecnologia ou o industrialismo.”⁶

Se considerarmos todos esses fatores como fenômenos típicos da modernidade e encararmos a modernidade como um movimento de destruição e autocriação, como sugere Berman, apoiado em Nietzsche, perceberemos que essas mudanças não se dão de forma unilinear, como critica o autor citado, mas como um movimento também de criação de uma nova subjetividade, novos valores que podem não estar nitidamente configurados mas irrompem da velha ordem e se adequam aos novos tempos. O problema é perceber com que velocidade eles se manifestam e como, concretamente, ganham expressão.

Uma outra questão importante a ser ressaltada aqui são as formas diversas de comportamentos e valores vivenciadas pelas pessoas com relação a família que ocupam diferentes posições políticas, econômicas e culturais, na estrutura da sociedade. A demarcação dos *universos simbólicos*, a forma de cada família se reproduzir está diretamente ligada ao papel que seus indivíduos desempenham na sociedade.

“QUEM É SUA FAMÍLIA?...”

Uma questão colocada anteriormente merece um maior aprofundamento antes de abordarmos as mudanças mais gerais que vêm ocorrendo em Fortaleza. Quem é a chamada *família cearense*? Em torno de que valores se estruturou ao longo dessas décadas e como vem alterando seu comportamento? Qual o peso real

e simbólico da família para a manutenção da coesão social da sociedade cearense?

Certamente essas perguntas são excessivamente amplas e respondê-las exigiria pesquisas de maior alcance, com enfoques e tempos históricos diversificados. A intenção, neste artigo, no entanto, é tecer algumas considerações à luz de alguns trabalhos de pesquisa já realizados no Nordeste, procurando constituir uma espécie de *pano de fundo* que nos possibilite situar a família dentro de um contexto histórico determinado.

Observando o comportamento da família na sociedade cearense, somos levados a partir do pressuposto de que a família é uma das referências simbólicas importantes para a estruturação das relações sociais. Isso nos mostra Lemenhe ao analisar o caso exemplar de uma família. Pode ser observado, também, na vida social da cidade, onde a instituição familiar é constantemente ressaltada nas conversas informais, nos noticiários e colunas dos jornais locais, nos nomes das ruas e até mesmo na elaboração de publicações que reconstituem a árvore genealógica da linhagem familiar, com todos os seus mitos fundadores e idealizações. E quando nos remetemos à “família” não estamos nos referindo somente à família nuclear, mas a toda parentela.⁷ Dentro dessa perspectiva, o simbolismo que envolve esta instituição pode nos conduzir a muitas associações. O fato, por exemplo, de “pertencer” ou não a uma família aqui nesta cidade e em outras cidades do Estado tem um significado particular que, muitas vezes transcende a posição econômica ocupada pelos indivíduos na sociedade. Reveste-se de uma forte representação social que os diversos grupos fazem das relações sociais, de alianças e de consangüinidade. A família, nesse sentido, é também uma realidade simbólica, construída socialmente, que produz e legitima valores, e é fonte de poder e prestígio que, muitas vezes, necessitam ser constantemente lembrados e ressaltados.

Assim, no imaginário de uma certa historiografia, a história da *família cearense* confunde-se com o prestígio das *famílias de estirpe*, com suas projeções no campo da ciência, da política e da administração pública, assim como

no campo religioso. As famílias que se projetaram nessas áreas passam a adquirir um poder simbólico, passando de geração a geração, com todos os seus mitos, lendas e transfigurações. Temos, portanto, as famílias provenientes dos padres, como aquelas originárias dos “mandões, dos homens que eram mandachuvvas em suas comunas (...) os coronéis do sertão, os senhores de baração e cutelo, os régulos matutos, que encheram páginas de nossa história, com sua maneira arbitrária de conduzir as questões políticas e os negócios administrativos.”⁸

“Ser” de uma “família”, antes de ser símbolo de poder econômico, quando se trata de famílias que possuem um real poder na sociedade local, é, principalmente, o lugar onde se é reconhecido(a), onde se trava, também, uma luta entre as classes e frações de classe por seu reconhecimento, ou para se impor pelo monopólio da violência simbólica ao conjunto da sociedade⁹ Daí a importância de ter nascido numa família importante e “boa” em contraposição às famílias sem “prestígio” e, portanto, anônimas, sem um “capital simbólico” capaz de lhes permitir inserir-se nas trocas de prestígios e favores, elementos imprescindíveis para ocupar uma posição na estrutura social. É por isso que na representação social que as pessoas fazem da família cearense o termo “família” assume muitas conotações. Há as pessoas que são da família “Távora”, outras são da família “Ferreira Gomes”, Gentil, Fiúza, outros da família “Bezerra”, etc. que são transfigurações simbólicas do campo das relações sociais. Assim como há as taxionomias em torno do nome da família, há também denominações do tipo : os que nascem em “famílias de políticos”, ou de “comerciantes”, “militares”, “bacharéis”, “coronéis”, cretinos e diplomatas. Pertencer bem ou mal a uma família, nesses vários sentidos, é muitas vezes mais significativo do que ter um elo com as pessoas ou instituições. Esse “pertencer” é tão crítico que vale uma classificação social. Uma pessoa que “vem” de uma “família sem pai” permite definir uma linha dramática precisa; do mesmo modo, quem faz parte de uma família sem “eira nem beira” encontra dificuldades ao

realizar certas coisas em determinados ambientes, no caso brasileiro. É curioso observar que tomamos o “legal” e a lei como um valor (daí o adjetivo *legal* para exprimir o certo, o positivo e o bom: aquilo que é realizado de acordo com as boas normas de sociabilidade e de moralidade), da mesma forma que tomamos “família” para exprimir um dado empírico e um modo de ser, bem como um valor e até mesmo a condição de sua existência. Quem *não tem* família já desperta pena antes de começar o entrecio dramático; e quem renega sua família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia. Assim *legal* (que remete ao mundo da rua e à impessoalidade ao mundo das leis) é valorizado tanto quanto o *familiar* que, conforme sabemos, endereça ao mundo, à casa, esse universo governado pelo primado das relações que também admiramos. Entre esses dois universos nós oscilamos, escolhendo freqüentemente, sem perceber, os dois.”¹⁰

Ao caracterizar a *família cearense*, mesmo correndo o risco de generalizações, não podemos deixar de salientar que os seus principais traços são semelhantes a muitas regiões do Brasil, principalmente o Nordeste, onde está inserido o Estado do Ceará. Aqui vão se mostrar visíveis os mesmos elementos que vão configurar a *família nordestina*. Temos, por exemplo, uma sociedade inserida na sociedade colonial a partir do século XVII através do pólo açucareiro, um dos esteios do pacto colonial e onde o Ceará desempenhou um papel periférico e tardio, com suas funções voltadas mais para entreposto comercial, por onde circulavam os tropeiros comerciantes de gado e do couro.

É, portanto, em torno da pecuária extensiva que vai se estruturar a formação econômica e cultural cearense, tendo o latifúndio sua marca característica, com suas lutas familiares em torno da disputa pela terra.

“A distribuição desigual da terra dicotomizou a sociedade rural à medida que definiu a posição social dos indivíduos. Assim, no ápice da pirâmide social encontravam-se os proprietários de terra, os fazendeiros, e, na base, os não-proprietários. Entre os últimos incluíam-se os trabalhadores livres e os escravos.”¹¹

As relações sociais de poder estão fortemente marcadas, como observa Lemenhe, “pela presença de grupos que se organizam em torno de lideranças (ou chefes) segundo critérios informais de relações e afinidades políticas. Grupos e redes de parentesco, de “amizade política” e de identidades territoriais são as unidades principais de mobilização política que permeiam as estruturas formais de poder, tais como os partidos políticos, as instâncias decisórias e o aparelho burocrático.”¹² Esses grupos, com suas alianças e afinidades, se articulam de forma variada com o Estado Nacional, se constituindo, em muitos momentos conjunturais, uma fonte real de poder econômico e político, metamorfoseando-se com freqüência, articulando o tradicional com o moderno, como até hoje.

Temos, portanto, uma sociedade com uma forte herança agrária e escravocrata¹³, onde a família era (e ainda é) uma organização fundamental, desempenhando as funções econômica e política num sistema que se caracteriza pela, concentração fundiária, elevada dispersão populacional e o predomínio de relações paternalistas. É esse *ethos* cultural que vai marcar de forma permanente as famílias da região durante décadas e décadas, deixando marcas profundas no inconsciente de seu povo.

Uma outra questão que necessita de um maior esclarecimento refere-se à denominação *família cearense* que temos usado até aqui. A que *família* estamos nos referindo? A família não existe enquanto um conceito meramente abstrato, desvinculado da estrutura social e da formação histórica de uma dada sociedade. Podemos falar de uma *família cearense* nos referindo às famílias dos estratos sociais dominantes da sociedade local, as que se notabilizaram pelo destaque que tiveram no campo político, econômico, educacional. São as famílias com o poder de impor o nome, tornarem-se ponto de referência. Podemos nos referir também àquelas famílias anônimas – a maioria – sem poder para influenciar e ter expressão social com menor visibilidade, demarcadas por suas possibilidades reais de mobilidade social.

A *família cearense*, analisada dentro desta perspectiva, é uma expressão genérica e não pode ser compreendida sem que se estabeleçam os nexos sociais, econômicos e políticos que vão configurar de maneira específica as classes sociais e suas formas de se reproduzirem socialmente.

Se a expressão *família* é genérica, mais ainda é o que se denominada *cearensidade*. O que definiria a *cearensidade* da família no contexto regional? Existiria, na verdade, uma *cearensidade* que expressaria as diversas formas de organização da família?

Alguns autores tentaram esboçar um quadro que poderia caracterizar essa *cearensidade* enquanto identidade social. Assim, temos um tipo social característico de uma região marcada pelas adversidades geográficas e sociais. Essa *família cearense* seria “marcada por um conjunto de modos de ser e agir, de traços de caráter e comportamentos e de regras de conduta, que as heranças étnicas e ambientais fixaram”, onde “a riqueza econômica ainda se concentra nos círculos fechados das famílias.”¹⁴

Essa busca de uma *essência* da *cearensidade*, apesar de ressaltar traços da cultura local, generaliza e não leva em conta os embates entre os diversos grupos sociais para impor valores culturais e econômicos, como se existisse um *ethos* cultural que expressasse de forma homogênea o comportamento de toda a *sociedade cearense*. O que o senso comum denomina a *família cearense* nada mais é do que uma nomeação simbólica, aparentemente sintetizadora dos valores da sociedade, quando na verdade essa categoria obscurece a diversidade e a pluralidade das relações econômicas, sociais e culturais. Ao se fazer a associação da *família cearense* com as famílias de prestígio e poder e denominá-la como um tipo ideal de família, demarca-se um campo de poder capaz de impor para o conjunto da sociedade um modelo idealizado de família que é a família das classes dominantes da sociedade local.

PERMANÊNCIA DO PASSADO QUE MARCA O PRESENTE

Ao descrever a luta entre duas famílias nos sertões de Inhamuns, o escritor cearense

Nertan Macêdo¹⁵ nos fornece uma cenário onde vai emergir um conjunto de valores familiares do Ceará, erigidos em meio a uma luta pelo domínio da terra. O autor descreve a colonização iniciada com a chegada dos primeiros vaqueiros, “com suas mulheres e seus filhos, seus agregados e o gado pé-duro, somente dos rebanhos futuros que tanto enriqueceram a Capitania.” Citando o historiador Gustavo Barroso, mostra a vida aventureira e simples desses personagens que irão marcar de forma definitiva a sociedade local.

O gado marchava à frente deles. Tomavam conta das terras e levantavam a casa grande de taipa da fazenda. Cercavam-se de agregados e vaqueiros, geralmente índios ou mestiços de índio e branco. Conservavam a pureza da raça, casando-se entre si. Tinham poucos escravos, os necessários ao serviço doméstico. A pecuária não exigia o grande número de braços da lavoura ou da mineração. Dominavam como verdadeiros senhores feudais e, às vezes, guerreavam-se entre si, como as famílias fidalgas da Idade Média...

Os filhos herdavam as amizades e os ódios familiares. Os tentáculos da parentela e dos fâmulos ou clientes, com o gado sempre à frente, iam-se apoderando dos sertões imensos

Quando começou a partilha do Ceará, em 1663, como nos conta o mesmo autor, é às duras penas que os primeiros colonizadores vão constituir os primeiros grupos familiares. “Talvez a própria família tivesse menor importância. Uma novilha morta na caminhada era uma perda irreparável. Um filho, não. Bastaria uma noite de calma, uma dessas noites ardentes do sertão, para uma nova procriação”, conta-nos de uma forma poética Nertan Macêdo.

É o domínio da terra, o comércio do gado a transplantação cultural da religiosidade ibérica,¹⁶ que vão dar uma configuração inicial à sociedade cearense, à família cearense, enriquecendo alguns e moldando os valores da cultura local. Foi assim, por exemplo, “que se

construíram esses senhores vaqueiros as suas casas e vilas, onde passavam a residir pelo menos uma vez por ano, em sociedade. O fundamento dessa sociedade, no mato e na rua, era a crueldade, a brutalidade, o nenhum respeito pela vida alheia, que tais senhores haviam adquirido na convivência com o gado abatido e sangrado.”

Esta indústria (a do gado), exercida, como sói no Ceará, torna os homens cruéis, gastando-lhes a sensibilidade e quando estes homens rústicos chamavam a alguém – homem de bem, vernacularmente se entendia – o homem de posses, de tratamento, poderoso, etc. (...) Gostavam de pavonear uma nobre ascendência familiar, sempre discutida e duvidosa. Proclamavam-se descendentes dos papas, príncipes e nobres da Europa¹⁷

Se quisermos ver mais de perto o cenário onde os valores familiares da família cearense se estruturaram temos que buscar algumas referências na Casa Grande e Senzala, descrita por Gilberto Freyre,¹⁸ onde, reinando sob seu universo e o universo dos canaviais, se encontrava o todopoderoso “senhor do engenho”, entidade central da vida da colônia e que vai marcar a família nordestina. Seu papel incluía o mais amplo domínio sobre todos os homens e coisas da fazenda de cana, muitas vezes extrapolando os próprios limites dela. Seu poder não se baseava em tradições, títulos, herança de sangue ou em instituições que identificassem a posse da terra ou no poder político: baseava-se muito mais na relação escravista.

No centro do poder estava a Casa Grande. É aí o local central porque ali residia o chefe de família. A estrutura patriarcal da família tinha origens na tradição lusitana e vinculava-se aos elementos do Direito Romano relativos à hereditariedade do patrimônio familiar. Nessa tradição, apenas o primogênito de um senhor era herdeiro da propriedade. Todos os demais parentes não recebiam a posse efetiva, salvo determinação testamentária em contrário. Isto se relacionava à necessidade de manter intactos os bens da família de geração em geração. Os demais filhos e parentes, sem qualidades de

herdeiros diretos, tinham que se submeter à autoridade do primogênito, quando este se tornava senhor.

Como observa Sérgio Buarque de Holanda,¹⁹ “nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito-canônico, mantida na Península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente os escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do “pater-famílias”. Esse núcleo bem caracterizado, em que tudo se comporta como seu modelo de antigüidade, em que a palavra ‘família’, derivada de ‘famulus’, se acha estreitamente vinculada à idéia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os ‘liberi’... Nesse ambiente, o pátrio poder é virtualmente limitado, e poucos freios existem para a sua tirania.”

O senhor de engenho reinava, portanto, de forma imperial. Era ele quem decidia os casamentos, feitos, muitas vezes em troca de favores políticos, territoriais e pessoais.

Mas dentro dela também existiam os que não possuíam laços de sangue ou casamento como núcleo familiar original: eram os *agregados*, homens que se ligavam ao senhor por favoritismo, prestando pequenos serviços, dando recados e acompanhando o senhor em suas caminhadas. Muitos deles exerciam funções administrativas, muitas vezes defendendo a segurança individual do fazendeiro.

Os traços dos agregados podem ser vistos até hoje naquelas (hoje, reduzidas) famílias com muitos empregados e empregadas, principalmente aquelas que ainda possuem grandes residências. Vemos aí, de forma camuflada ou não, as relações escravistas intactas, com muita semelhança com o passado colonial. A família, nesse contexto, são todos os que habitam a casa, os agregados, a parentela, com seu conjunto de objetos, utensílios, coisas, etc.

Uma outra característica que vai marcar essa família patriarcal (e aqui nos referimos às famílias das classes dominantes) e que, tam-

bém, deixa marcas profundas na sociedade cearense, é a ostentação. Como se não bastasse “pertencer” a uma família, ostentar “fidalguia”, representar perante os outros uma condição mais elevada através de símbolos era – e ainda é – uma tradição. Talvez pela ausência de uma aristocracia de sangue e de toga, fosse necessário ostentar vida luxuosa para mostrar status, “tradição” que se mantém até hoje. Ostentação de um título de “doutor”, muitas vezes duvidoso, um conhecimento bacharelesco, possuir uma casa opulenta e viajar com alguma frequência para a Europa. Tudo isso fazia parte de demonstração de poder que permitia às famílias das classes dominantes impor os seus valores para o conjunto da sociedade.

Qual era o papel da mulher dentro desse cenário?

A mulher tinha o seu “lugar” determinado. Seu papel era medíocre e subordinado. Só se apresentava diante dos estranhos se tivesse ordens expressas do marido para tanto e, quando jovem, deveria manter-se a todo custo virgem. Tendo em vista a grande escassez de elemento feminino branco na colônia, já que os portugueses muito raramente traziam família, o valor de troca da donzela era muito alto para efeito de negociações casamenteiras; os colonos tinham relações com as mulheres das raças dominadas, mas jamais se casavam com elas. Para garantir a virgindade da sinhazinha, essencial para seu valor de mercado, diante do clima sexual reinante, o senhor tomava precauções especiais. A donzela era condenada a viver em semi-reclusão, só saindo de casa muito bem guardada, levando uma vida monótona no quarto de costura. Na arquitetura da casa grande, os quartos das jovens solteiras ficavam no meio dos aposentos, muitas vezes sem janelas ou com uma pequena abertura no alto da parede. Assim a sinhazinha era preservada até ser entregue a um desconhecido seu, macho cobiçoso que destinava a parir bons punhados de filhos.²⁰

Uma visão mais aproximada do cotidiano da mulher nordestina no período colonial (séculos XVI e XVII) nos forneceu Novinsky,²¹ que pesquisou as denúncias e confissões das visitações inquisitoriais da Bahia e Pernambuco,

com o interesse de conhecer mais de perto a vivência das mulheres que não faziam parte nem das camadas poderosas, das “donas”, ligadas aos grandes mercadores e senhores de engenho, nem da massa de escravas que garantiam o trabalho nas casas e lavouras. A autora interessa-se basicamente pela camada intermediária: a das mulheres “livres, brancas e mestiças, que se localizam socialmente através de seus maridos, pequenos comerciantes, artesãos, pequenos funcionários reais ou trabalhadores das lavouras.”²² Não seriam eles os protótipos da futura *classe média* da sociedade local?

As observações dessa autora são muito interessantes e valiosas, pois dizem respeito à região Nordeste.

Como ela nos mostra, é fortíssima a influência da Igreja Católica. Esse catolicismo “revela um mundo possuído por demônios (...), onde o cristãos dividiram o mundo humano e angélico em dois campos opostos: o Reino da Luz e o Reino das Trevas. Identificavam essa antítese com o dualismo ascético entre carne e espírito.”²³

A mulher era definida como “homens defeituosos”, inclinados ao pecado. Os homens eram “espirituais por natureza”, enquanto aquelas eram representantes da “carnalidade”, desde a sua criação. Deveriam, por isso, para poderem salvar-se, transcender não só sua natureza corporal, mas também sua natureza feminina.”²⁴

Para o inquisidor da Igreja, que assumia um imaginário social de fim do mundo, “a grande desestruturação social tem sua causa principal e seu símbolo manifesto numa sexualidade que destrói o mundo tradicional e subverte relações legítimas do casamento, única realização possível da “carne”, através da procriação.”

Na visão de mundo masculina, as mulheres eram colocadas ao lado do diabo, pois, como ressalta a autora, “suas próprias características as predis põem a trair e abjurar a fé, entrando em conluio com o Satã, pois são “crédulas”, impressionáveis, faladoras, coléricas, vingativas, sem força de vontade, têm pouca memória e se prestam a torpezas sexuais, pois são insaciáveis.”

Assim – continua – “o ramo masculino da humanidade é visto como vítima e o ramo feminino como culposos, principalmente por sua ligação com a feitiçaria e com Satã, para provocar os homens, através da sensualidade.”

A mulher, nesta perspectiva, significava a “natureza”, a desordem, em oposição ao homem, que, em última análise, passava a significar “cultura”.

“A mulher, como esposas, bruxas, parteiras, freiras ou prostitutas, é definida quase que exclusivamente em termos de suas funções sexuais. Daí as definições de que uma bruxa é uma mulher que dorme com o diabo e uma freira uma mulher que casa com Deus.”

Acham-se “dependente do homem em sua existência social, e seu ciclo de vida era o seguinte : casavam-se entre 12 e 15 anos, aos 18 já têm dois ou três filhos, muitas aos 35 anos, já se dizem viúvas, contraem novo casamento.”

A bigamia é considerada um sacrilégio ao sacramento do matrimônio, e várias vezes os homens matavam suas mulheres, alegando motivo de honra. O prazer era visto como pecado, coisa do Satanás, e o sexo dos cônjuges era sobrecarregado de regras e recomendações. Os prazeres sem frutos, ou seja, que não se destinavam à procriação (chamados de “deleitação”) deveriam ser banidos.

O trabalho de Falci²⁵ sobre as mulheres do sertão nordestino é também rico em detalhes por nos oferecer um vasto painel dos comportamentos, atitudes e valores que vão marcar de forma definitiva a família nordestina.

A autora debruça-se sobre o cotidiano das mulheres que viveram na província do Piauí e do Ceará no século XIX e nos fornece informações preciosas.

Temos, “uma sociedade fundamentada no patriarcalismo, altamente estratificada entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, entre ‘brancos’ e ‘caboclos’”. Hierarquias rígidas, gradações reconhecidas: em primeiro lugar e acima de tudo, o homem, o fazendeiro, o político local ou provincial, o ‘culto’ pelo grau de doutor, anel e passagem pelo curso jurídico de Olinda ou Universidade de Coimbra, ou mesmo o vaqueiro.”

As mulheres eram “as damas, ‘dona fulana’, ou apenas donas, eram categorias primeira; em seguida, ser *papira*, ou *cunhã* ou roceira, e, finalmente, escrava.”

Esse trabalho de Falci é interessante por nos mostrar a condição heterogênea em que vivia a mulher nordestina, com suas diferenças de estilo de vida que “deixaram marcas diferenciadas em suas fisionomias.”

Vasculhando os retratos de famílias do interior do Nordeste, vai traçando o perfil de vários tipos de mulheres: a mulher livre, a escrava, a mulher instruída, nos fornecendo informações interessantes para a compreensão de muitos valores que ainda hoje podem ser observados na sociedade local.

Assim, sabemos que as mulheres mais ricas não tinham atividades fora do lar. “Eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas ‘prendas domésticas’ – orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar.” As mulheres pobres eram “as costureiras, rendeiras, lavadeiras, fiandeiras, roceiras – essas últimas, na enxada, ao lado dos irmãos, pais ou companheiros.” As escravas trabalhavam duro na roça, “mas eram usadas por seus senhores como tecelãs, fiandeiras, rendeiras, carpinteiras, azeiteiras, amas-de-leite, pagens, cozinheiras, costureiras, engomadeiras e mão-de-obra para todo e qualquer serviço doméstico.”

Mesmo sendo filhas de famílias poderosas, a maioria das mulheres desse estrato social “não estudaram as primeiras letras”, e “raramente aprenderam a ler”. Quando o fizeram “foi com professores particulares contratados pelos pais para ministrar aulas em casa. Muitas conheceram as primeiras letras e aprenderam a assinar o nome.”

Falci nos informa a origem das mulheres de elite:

A genealogia nos aponta que, muitas vezes, a família da mulher de elite estava há mais de 100 anos radicada na região. O sertão – com sua economia baseada fundamentalmente na agricultura de subsistência, e com o sistema de exploração de terras de grandes latifúndios – gerou uma população relativa-

mente estável no século XIX. Explorada já a terra nos finais do século XVII, principalmente por homens, recebe os grupos de famílias que chegam, algumas açorianas, ou mesmo vindas da Bahia e Pernambuco, trazendo seus escravos. Fincam seus currais e se fixaram. Formam grandes latifúndios e imprimiram à terra a exploração monótona da criação extensiva de gado. Ao final do século XIX e início do século XX, esse poder passa a se concentrar nas mãos de cerca de 500 famílias de elite egressas das milícias estatais e nacionais, conhecidas na história da região Nordeste como oligarquias.

A família dessa elite, ou oligarquia, era constituída por “uma população composta por familiares não-sanguíneos que participavam ativamente. Tios por afinidade, membros absorvidos pelo casamento, parentela fictícia legitimada por rituais de compadrio ou adoção, como era o caso dos ‘filhos de criação’, eram normalmente incorporados.”

As mulheres pobres, “não sabem quem eram seus ancestrais, embora o nome da família a mantenha, na história, ligada a algum tronco familiar.”

O casamento era a preocupação central, especialmente nas camadas mais privilegiadas.

No sertão, a preocupação com o casamento das filhas foi uma constante. É verdade que muitas mulheres não se casaram, entre outras razões por dificuldades de encontrar parceiro à altura, problemas de herança e dote, mas tão logo passadas as “primeiras regras” (menstruação) e a mocinha fizesse corpo de mulher, os pais começavam a se preocupar com o futuro encaminhamento da jovem para o matrimônio.

A confecção do enxoval começava cedo. Aos 12 anos de idade das meninas, “com peças mandadas bordar e guardadas em papel de seda em baús”. Na sua formação de futura mulher era acompanhada de “conselhos amigáveis da mãe experiente para que a moça tivesse um comportamento moderado e repleto de solicitude”, para “poder casar”. Inculcavam na vida

feminina a noção valorizada de vida matrimonial e, ao mesmo tempo, imprimiam-lhe uma profunda angústia, caso ela não viesse a contrair casamento antes dos 25 anos de idade.”

Ainda como observa a autora, “o casamento da elite do sertão nordestino sempre foi, antes de tudo, um compromisso familiar, um acordo, mais do que um aceite entre os esposos.”

Assim, pai e mãe, conhecedores das famílias da sociedade local e com responsabilidade de “orientar as filhas”, ao proporcionarem alegres festas e saraus na fazenda, estavam cuidando da manutenção e solidificação dos laços de amizade, do patrimônio territorial, e da inter-relação de famílias poderosas oligárquicas locais.

As moças, no entanto, deveriam se manter distantes. Evitava-se que os casais ficassem sós, mesmo em festas, “para evitar os contatos sexuais antes das núpcias, numa época em que a virgindade da moça era vista como condição primeira, a noção de que a conquista e o galanteio partem do rapaz, a certeza de que o marido nem sempre seria o rapaz mais desejado, e sim o possível, num mercado matrimonial relativamente restrito, e aceito pelos pais e familiares, impunham à mulher a condição de aceitar com resignação, o par que lhe era mais do que sugerido – praticamente imposto – pela família.”

As moças “casavam entre 15 e 18 anos, “pois se passassem dos 25 anos sem casar eram consideradas ‘moça velha’, ou ‘moça que tinha dado o tiro na macaca’, ou ainda moça que chegava ao ‘canto’.”

Os maridos tinham “o poder marital” sobre as heranças e lhe cabia administrar os bens da esposa.

O casamento das mulheres pobres era bem diferente. “Em geral o casamento não era ‘acertado’ entre as famílias nem envolvia dote. Mas o casamento era um valor.”

Já a mulher escrava, “raramente casava-se pelos “laços sagrados do matrimônio”. Somente “1% dos escravos eram casados (...), mas isso não significava que não houvessem constituído laços sociais familiares, que não tivessem tido a

oportunidade de ter um companheiro estável, uma relação afetiva duradoura, ou mesmo um companheiro temporário.”

Muito comum era o rapto consentido pela mulher, com a promessa de casamento pelo raptor. Falci nos mostra como era comum em Teresina e no Ceará esse tipo de relação.

... Os dois fugiam à noite, a cavalo, ela montada na garupa, de banda, o rosto virado para o lado, a cabeça amarrada com um lenço, com a certeza de um futuro casamento. O noivo não poderia ter relações sexuais com ela. Depositava-se a moça na casa de uma pessoa importante ou na do juiz da localidade vizinha ou mesmo da mesma cidade, onde já se combinara o asilo.

A moça mandava avisar a família. Só sairia de lá casada. Os pais não tinham outra alternativa. Faziam o casamento, mesmo sem ser “de gosto”, no dia seguinte: sem festas, sem proclamas. A honra da moça e da família estariam prejudicadas, caso não fosse realizado o casamento.

Quando ocorria do raptor não querer casar, criava-se um constrangimento, e cabia “ao poder masculino patriarcal”, resolver o problema, “interpelar o sedutor e obrigá-lo a casar.” “Moça raptada que não casou, virava “mulher perdida”. E o rapaz que raptasse alguém e não casasse estaria sujeito a sanções da sociedade: era considerado indigno, “roubador da honra”, deveria sair da região ou estaria sujeito às punições que a sociedade lhe impunha, tais como morrer ou ser “capado”. A vingança era mandada pelo pai ou irmãos para limpar a honra da família, numa sociedade em que a vindita era muito usual e os matadores profissionais nunca faltavam.”

Falci também descreve os relacionamentos fora do casamento. Um viajante inglês citado por ela, chamado Gardener, ao passar pelo interior do Ceará, em 1838, já havia observado isso. Relata que “raramente os homens da melhor classe social vivem com as esposas; poucos anos depois do casamento, separam-se delas, despedem-se da casa e as substituem por mu-

lheres moças que estão dispostas a suprir-lhe o lugar sem se prenderem pelos vínculos do matrimônio”

Havia um intenso nível de violência nas relações conjugais no sertão. Não violência física exclusivamente (surras, açoites), mas violência do abandono, do desprezo, do malquerer. Os fatores econômicos e políticos que estavam envolvidos na escolha matrimonial deixavam pouco espaço para que a afinidade sexual ou o afeto tivessem grande peso nessa decisão. Além disso, mulher casada passava a se vestir de preto, não se perfumava mais, não mais amarrava seus cabelos com laços de fitas, não comprava vestidos novos. Sua função era ser “mulher casada” para ser vista somente pelo marido.

Como mulher-esposa, seu valor perante a sociedade estava diretamente ligado à “honestidade”, expressa pelo seu recato, pelo exercício de suas funções dentro do lar e pelo número de filhos que daria ao marido. Muitas mulheres de 30 anos, presas no ambiente doméstico, sem mais poderem passear – porque “lugar de mulher honesta é no lar” – perderam rapidamente os traços de beleza e deixaram-se ficar obsesas e descuidadas, como vários viajantes assinalaram.

Falci nos mostra como isso era comum nesse período, causado, entre outros fatores, pelo desequilíbrio demográfico das regiões interiores do Brasil do século XIX, quando os muitos homens saíam do sertão para morar nas cidades litorâneas. “Homens de prestígio e de boa situação social sempre tiveram possibilidade de constituir duas ou três famílias, principalmente porque era “a vertente culta que intimidava os humildes.”

O homem, mesmo sendo casado, era considerado para as mulheres sem status, um “amparo financeiro e social que precisavam.” “Mesmo sendo a segunda ou terceira “esposa do senhor juiz”, o poder e o prestígio que advinham do seu cargo era partilhado pela mulher. Ser amásia ou cunhã de um homem importante implicava for-

mas de se sobressair-se junto à população e galgar algum *status* econômico, que ela não possuiria de outra forma. É certo que a sociedade exigia dela alguns comportamentos adequados, comedidos, deveria ser “conhecedora do seu lugar”, bem distinto da posição ocupada pela esposa legítima: porém, a mesma sociedade lhe dava, de volta, um certo respeito, principalmente se daquela união existissem filhos.”

Nos detivemos nas descrições de Falci mais longamente porque trata-se de um dos raros trabalhos que se atém de um modo especial sobre a mulher e a família nordestina, trazendo uma grande riqueza de detalhes sobre os comportamentos e valores de uma época.

Ao ler o seu trabalho e de Novinski somos levados a nos interrogar: os traços descritos sobre as mulheres de elite não teriam deixado as suas marcas profundas na constituição dos valores da chamada classe média da região? Esse “sertão” não estará vivo no comportamento de muitas mulheres e homens em Fortaleza? Com que força eles permanecem e com que intensidade eles estão se desmanchando?

A única forma de responder essas e outras questões que suscitam uma leitura do passado é escutar, na ressonância das falas das mulheres e dos homens da região, como eles se manifestam, captando o passado-presente, no tempo histórico em que viveram e vivem.

BIBLIOGRAFIA

- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, Tradição e Poder*. Editora Annablume, Comunicação e EUFC, Universidade Estadual do Ceará. Março de 1996.
- LEMENHE, op. cit. p.237.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar. (A aventura da modernidade)*. SP: Editora Cia das Letras, 1995.

NOTAS

- ¹ LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, Tradição e Poder*. Editora Annablume Comunicação e EUFC, Universidade Estadual do Ceará. Março de 1996.
- ² LEMENHE, op. cit. p.237
- ³ BERMAN, Marshal. *Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar. (A aventura da modernidade)*. SP: Editora Cia das Letras, 1995
- ⁴ Ver GOODE, William. *A Família*. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1970, p.189
- ⁵ Citado por GOODE W. op. cit. p.175
- ⁶ op. cit. . p. 190
- ⁷ Antônio Cândido representou a parentela brasileira sob a forma de círculos concêntricos: o núcleo seria formado pela família do “patriarca” (ou do “coronel”), seguindo-se vários círculos concêntricos com parentes, agregados, etc. (Ver Cândido, Antônio. *The Brazilian Family* – in “*In*” *Brazil, Portrait of Half a Continent* – edited by T. Lynn Smith, USA, The Drysdren Press. – 1951.
- ⁸ Ver MACEDO, Joaryvar. Ligeiras notas sobre famílias cearenses. in *Temas Históricos Regionais*. Fortaleza. 1986. p.169-195. Neste trabalho soubemos que muitas das famílias cearense de *estirpe* provém de padres, “tanto sacerdotes que atingiram culminância na área política ou intelectual, como obscuros vigários e capelães, quer no litoral quer no sertão.” (p. 184)
- ⁹ Segundo Bourdieu, “as diferentes classes e frações de classes estão sempre envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das relações sociais. Elas podem conduzir essa luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima, quer dizer o poder de impor – e mesmo inculcar – instrumentos de conhecimentos e de expressão (taxionomias) – embora ignorados como tais – da

realidade social. O campo de produção simbólica é um microcosmo de luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses de luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo da produção.” Ainda segundo esse mesmo autor, “a classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização.” (Ver BOURDIEU, P. in *O Poder Simbólico*, Editora Difel, 1989, p.11-12)

¹⁰ Ver DA MATTA, Roberto. *A Família Como Valor: Considerações – Não Familiares Sobre a Família à Brasileira*. in *Repensando a Família no Brasil (da colônia à modernidade)*. Vários Autores. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987

¹¹ ARAÚJO, Maria do Carmo. *O Poder Local no Ceará*. in *História do Ceará*, SOUZA, Simone. (coordenadora). NUDOC-UFC. P.109

¹² LEMENHE, Maria Auxiliadora. Op. cit. p.25

¹³ A presença de escravos africanos no Ceará foi pouco expressiva se comparamos com outras regiões do Nordeste. Como observa Nascimento, no seu trabalho *Síntese Histórica da Escravidão Negra*, “rareia a comprovação documental de que a força de trabalho empregada nos tratos agrícolas haja sido de contingentes escravos. Na arquitetura rural, no lugar das senzalas se erigiram as casas dos moradores como locadoras de mão-de-obra e postos de vigilância dos bens aí produzidos. Quanto aos escravos procedentes da África, e introduzidos no Ceará através de Pernambuco e da Bahia, estes não chegaram a conhecer “o eito e as senzalas dos latifúndios”, fazendo “tão-somente de domésticos, em contato imediato com o senhor.” (Ver NASCIMENTO, F.S. in *História do Ceará*, op. cit. p.168-169). Isso também, pode ser atestado pelos números. Em 1872 a percentagem de escravos na população do Ceará era de 4,4%. Assim, para uma população de 721.686 habitantes, existia uma população negra de 31.913 habitantes. Desses. 357.420 era considerada parda e 42.593 preta, o que significa uma percentagem de 55,4%. (Ver NOVAIS, Fernando, in *História da Vida Privada no Brasil – Do Império à Modernidade*, vol. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 479).

¹⁴ BARROSO, Parsifal. *O cearense*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Record, 1969.

¹⁵ MACÊDO, Nertan. *O Clã dos Inhamuns (Uma Família de Guerreiros e Pastores das Cabeceiras do Jaguaribe)*. Coleção Terra do Sol, Fortaleza: Editora Comédia Cearense, 1965. Este trabalho de Nertan Macêdo insere-se na linha daquelas pesquisas que procuram descrever a luta das famílias na história do Ceará. Nesse livro ele narra o longo conflito entre a família Montes, uma rica família estabelecida no Vale do Jaguaribe, cujo primeiro chefe foi o Capitão-Mor Geraldo Montes e a família Feitosa, antiga família que teria chegado no tempo da ocupação holandesa no Nordeste. Essas famílias, nas suas disputas pela terra, ainda segundo o historiador, “ensanguentaram a Capitania durante muitos anos, numa guerra cruenta e sem quartel, apoiada em facções índias. Este trabalho, juntamente com outros, como o de Raimundo Girão sobre as famílias Montes, Machado e Girão, são interessantes pelo que revelam do cenário onde viveram essas famílias e pela distinção a elas conferidas, como fonte de poder real e simbólico na região. Ver GIRÃO, Raimundo. *Montes, Machados, Girões*, in Editora do Instituto do Ceará, 1967.

¹⁶ Essa transplantação cultural assumirá no Ceará características próprias, como apontou Leitão, onde ocorre “essa mistura de mundos, entre índios e brancos, fusão de natureza pacífica ao nível imaginal. O Ceará, como um “estado mameluco” por excelência (onde a presença negra será menos significativa, sob o ponto de vista demográfico), preservará, através de seus habitantes, ritos de imagens fundados especialmente a partir de um imaginário ibero-índigena. Seja na sua maneira de comer, de morar, de se relacionar com o outro ou com o mundo, o sertanejo carregará consigo a potência atávica de sua herança imaginal, fundada especialmente sob o universo imaginário destas duas culturas. Enfim, em cada sertanejo, em cada cearense, o imaginário messiânico tupi, gê ou cariri terá de ser fundido ao espírito sebastianista dos portugueses. E nessa fusão de mundos onde encontraremos toda a magia da cultura armorial.” (Ver, LEITÃO, Cláudia. *Por Uma Ética da Estética – Uma Reflexão acerca da Ética Armorial*. Universidade Estadual do Ceará, Fundação Demócrito Rocha, Reata Engenharia, p. 187-188, Fortaleza, CE. 1997)

- ¹⁷ Talvez aí se encontre uma das explicações para o comportamento observado por Jáder de Carvalho ao analisar a sociedade cearense: a importância de ostentar poder através de bens simbólicos, de pertencer a uma família “de nome”, com seus delírios e sonhos bovaristas.
- ¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio: Editora José Olympio, 1961, 10 Edição, tomo I p.52.
- ¹⁹ HOLANDA, S. Buarque de. *As Raízes do Brasil*. Rio: José Olympio, 1969, p.48.
- ²⁰ “Basta recordarmos o fato de que, durante o dia, a moça ou a menina branca estava sempre sob as vistas de pessoas mais velhas ou mucama de confiança. Vigilância que se aguçava durante a noite. A dormida das meninas e moças reservava-se nas casas-grandes, a alcova ou camarilha, bem no centro da casa, rodeada de quartos de pessoas mais velhas. Mais uma prisão que aposento de gente livre. Espécie de quarto de doente grave que precisava da vigília de todos” (Ver, FREYRE, Gilberto, op. cit. p. 339-340)
- ²¹ NOVINSKY, Ilana W. *Heresia, Mulher e Sexualidade (Algumas Notas sobre o Nordeste Brasileiro nos Séculos XVI e XVII)*. In *Vivência (História, Sexualidade e Imagens Femininas)*, BRUSCHINI, Maria Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia. Editora Brasiliense e Fundação Carlos Chagas, 1980.
- ²² op. cit. p. 228
- ²³ op. cit. 234
- ²⁴ op. cit. 234
- ²⁵ FALCI, Miridan Knox. *As Mulheres do Sertão Nordestino*. In *História das Mulheres no Brasil*, Editora Contexto e UNESP, São Paulo, 1997. p. 241-275.